

Eugênio Pacelli

Curso de
**PROCESSO
PENAL**

**27^a
Edição**

revista
atualizada
reformulada

2023



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: SBNigri Artes e Textos Ltda. (sbnigri@centroin.com.br)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 26.ª edição.

P115c Pacelli, Eugênio.
Curso de Processo Penal / Eugênio Pacelli – 27.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo:
Editora JusPodivm, 2023.

912 p.
(Coleção Cursos)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4293-3

1. Direito Processual Penal. I. Pacelli, Eugênio. II. Título.

CDD 341.43

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



Sumário

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO PENAL BRASILEIRO	21
1.1 O velho Código de Processo Penal	21
1.2 O processo penal constitucionalizado: entre princípios e regras.....	21
1.3. Princípios fundamentais: o que são, de onde vem e até onde podem ir....	23
 CAPÍTULO 2 – LEIS E PROCESSO PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO ...	 25
2.1 Tratados e convenções internacionais	25
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais.....	26
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo	30
 CAPÍTULO 3 – SISTEMA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	 37
3.1 Estado (Democrático) de Direito e postulados de interpretação	37
3.2 Garantismo e intervenção penal	38
3.3 Estado de Direito e processo penal.....	40
 CAPÍTULO 4 – A PERSECUÇÃO PENAL: PROCESSO E PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS	 41
4.1. A investigação e o papel do juiz: o juiz das garantias.....	42
4.2 Inquérito policial.....	45
4.2.1 Procedimento	50

4.2.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?....	54
4.2.3	Arquivamento.....	56
4.2.3.1	Arquivamento indireto	59
4.2.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	60
4.2.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade	62
4.3	Investigações administrativas.....	65
4.4	Lei de Abuso de Autoridade	69
CAPÍTULO 5 – DA AÇÃO PENAL.....		71
5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa.....	71
5.2	Ação e processo	74
5.2.1	Pretensão e lide	75
5.3	Condições da ação	76
5.3.1	Interesse de agir.....	77
5.3.2	Legitimidade.....	79
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido.....	80
5.3.4	Condições de procedibilidade.....	82
5.3.5	A justa causa	85
5.4	Pressupostos processuais.....	87
5.4.1	Pressuposto de existência.....	88
5.4.2	Requisitos de validade	89
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	91
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade	91
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade	93
5.5.2.1	Acordo de não persecução penal.....	95
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais.....	101
5.5.4	Critério de definição da legitimação ativa	102
5.5.5	Discrecionabilidade regrada	102
5.6	Ação penal pública condicionada	105
5.6.1	Prazo decadencial da representação.....	107
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar	108
5.6.3	Retratação	108
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa?.....	110

5.7	Ação penal privada	111
5.7.1	Legitimação ativa	113
5.7.2	Disponibilidade.....	115
5.7.2.1	Renúncia.....	116
5.7.2.2	Perempção e desistência	118
5.7.2.3	Perdão	119
5.7.3	Indivisibilidade.....	120
5.7.4	Decadência.....	124
5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual	125
5.8	Ação privada personalíssima	126
5.9	Ação privada subsidiária da pública.....	127
5.10	Denúncia e queixa.....	130
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta.....	130
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral	131
5.10.3	Aditamento	132
5.10.4	Litisconsórcio	134
5.10.5	Prazo.....	135
5.10.6	Capitulação	136
5.10.7	Rejeição	137
5.10.8	Omissões.....	138
5.11	Extinção da punibilidade	139
 CAPÍTULO 6 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....		143
6.1	Generalidades	143
6.2	Prejudicialidade.....	145
6.3	Objeto	146
6.4	Legitimação.....	147
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva.....	147
6.5.1	Nas decisões condenatórias	147
6.5.2	Nas decisões absolutórias.....	148
6.5.3	A negativa de autoria.....	150
6.6	Responsabilidade civil de terceiros	152
6.7	A legitimação do Ministério Público.....	154

CAPÍTULO 7 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	157
7.1	Jurisdição e repartição de competência 157
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição..... 159
7.3	Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)..... 160
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade..... 161
7.3.2	Critério da simetria 163
7.3.3	Critério de regionalização..... 169
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos..... 169
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais 170
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime..... 173
7.3.5	Processo e procedimentos 174
7.3.5.1	Competência originária..... 174
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo..... 176
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento 179
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes..... 179
7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais 184
7.5	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)..... 186
7.5.1	Competência da Justiça Federal..... 187
7.5.1.1	A casuística constitucional 195
7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral 206
7.7	A competência territorial..... 208
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta 208
7.7.2	Critérios de determinação da competência infraconstitucional 210
7.7.2.1	O lugar 210
7.7.2.2	A natureza da infração..... 213
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu..... 214
7.7.2.4	A prevenção..... 215
7.7.2.5	A distribuição..... 217
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i> 217
7.8.1	Desclassificação..... 222
7.8.2	Conexão 226
7.8.3	Continência 227
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento..... 228
7.8.5	Eleição do juízo prevalente..... 229

7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes	233
7.8.7	Prorrogação de competência	234
CAPÍTULO 8 – DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES		235
8.1	Das questões prejudiciais	235
8.2	Dos processos incidentes	237
8.2.1	Das exceções	237
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade	239
8.2.1.2	Exceção de incompetência	242
8.2.1.3	Demais exceções	244
8.3	Do conflito de jurisdição	245
8.4	Da restituição de coisas apreendidas	251
8.5	Das medidas assecuratórias	253
8.5.1	Sequestro	253
8.5.2	Especialização de hipoteca	257
8.5.3	Arresto	258
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	259
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12	259
8.6	Do incidente de falsidade	261
8.7	Da insanidade mental do acusado	261
CAPÍTULO 9 – DA PROVA		265
9.1	Teoria da prova	265
9.1.1	O mito e o dogma da verdade real	270
9.1.2	A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz ...	272
9.1.3	O livre convencimento motivado e a íntima convicção	276
9.1.3.1	A prova tarifada ou sistema das provas legais	276
9.1.3.2	O livre convencimento motivado: persuasão racional	277
9.1.3.3	Hierarquia e especificidade de provas	278
9.1.4	Direito e restrições à prova	279
9.1.4.1	A inadmissibilidade das provas ilícitas	280
9.1.4.2	A teoria dos frutos da árvore envenenada	296

9.1.4.3	A teoria do encontro fortuito de provas	298
9.1.4.4	A prova ilegítima: a prova emprestada	301
9.1.4.5	O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude.....	302
9.1.4.6	O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	305
9.2	Meios de prova	310
9.2.1	Do interrogatório	310
9.2.1.1	Direito ao silêncio e não autoincriminação	313
9.2.1.2	Intervenções corporais.....	317
9.2.1.3	Procedimento.....	330
9.2.2	Da confissão.....	339
9.2.3	Da prova testemunhal	339
9.2.3.1	Capacidade para testemunhar	341
9.2.3.2	O compromisso de dizer a verdade.....	341
9.2.3.3	Dispensa do dever de depor.....	342
9.2.3.4	Proibição do testemunho.....	343
9.2.3.5	Testemunhas, declarantes, informantes e outros.....	344
9.2.3.6	Regras procedimentais gerais.....	346
9.2.3.7	Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99.....	350
9.2.4	Da prova pericial.....	351
9.2.4.1	A cadeia de custódia.....	354
9.2.4.2	O exame de corpo de delito.....	357
9.2.4.3	Outras perícias	359
9.2.4.4	Prova pericial e contraditório	359
9.2.5	Das perguntas ao ofendido	360
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas	362
9.2.7	Da acareação.....	363
9.2.8	Dos documentos	364
9.2.9	Dos indícios.....	365
9.2.10	Da busca e apreensão	366
CAPÍTULO 10 – SUJEITOS DO PROCESSO.....		369
10.1	Partes e relação processual.....	369
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material.....	372
10.2	Do juiz	373

10.2.1	Imparcialidade.....	373
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória.....	378
10.2.3	Juiz natural.....	380
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz.....	380
10.3	Do Ministério Público	381
10.3.1	A imparcialidade.....	382
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências	383
10.3.3	O promotor natural	385
10.3.4	Atividades investigatórias	391
10.4	Do acusado.....	392
10.5	Do defensor.....	394
10.6	Da assistência.....	399
10.6.1	Legitimação	400
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i>	401
10.6.3	Faculdades processuais	402
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória.....	404
10.6.5	Procedimento	405
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça.....	406
10.8	Ofendido?.....	407

CAPÍTULO 11 – DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA 409

11.1	As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais.....	409
11.2	As determinações constitucionais da não culpabilidade	412
11.3	Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade	415
11.4	As medidas cautelares, diversas das prisões	421
11.4.1	Regras gerais da aplicação.....	430
11.4.1.1	Poder geral de cautela?.....	433
11.4.1.2	A fiança e seu cabimento	433
11.4.2	Procedimento das cautelares	434
11.5	A prisão em flagrante.....	442
11.5.1	Considerações gerais	442

11.5.2	Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado)	444
11.5.3	Flagrante diferido (controlado)	448
11.5.4	Missões/funções da prisão em flagrante	449
11.5.5	Prisão em flagrante e situações especiais	450
11.5.6	Audiência de custódia	453
11.6	Prisão temporária	456
11.6.1	Prisão temporária e o art. 313, I, CPP	460
11.7	Prisão preventiva	461
11.7.1	Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal	466
11.7.2	Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva	471
11.7.2.1	Exceções ao teto do art. 313, I, CPP	472
11.7.3	Prazo: a construção jurisprudencial	475
11.7.4	Prisão preventiva <i>ex officio</i>	477
11.7.5	Vedação legal à prisão preventiva	479
11.8	Prisão domiciliar	481
11.9	O ato prisional: generalidades	483
11.10	Prisão especial	487
11.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal	490
11.11	Prisão para extradição e prisão civil	493
11.12	A liberdade provisória com e sem fiança	494
11.12.1	Relaxamento da prisão	499
11.12.2	Liberdade provisória com fiança	500
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório	503
11.12.2.2	Procedimento da fiança	506
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP	510
11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liber- dade	511
11.12.5	Execução provisória	514
CAPÍTULO 12 – DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES		517
12.1	Das citações	517
12.1.1	Espécies de citação	517
12.1.2	Citação do réu preso	524

12.1.3	Citação do incapaz.....	526
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional.....	526
12.2	Das intimações	530
CAPÍTULO 13 – DOS ATOS PROCESSUAIS E DOS ATOS JUDICIAIS.....		533
13.1	Dos atos processuais	533
13.1.1	Dos prazos processuais	535
13.2	Dos atos judiciais.....	539
13.2.1	Decisões interlocutórias.....	540
13.2.2	Decisões com força de definitivas.....	543
13.2.3	Sentenças.....	544
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido	546
13.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i>	548
13.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i>	551
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças.....	558
13.2.3.5	Intimação da sentença	565
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal.....	566
CAPÍTULO 14 – DOS PROCEDIMENTOS.....		573
14.1	Processo e procedimento	573
14.2	Procedimento comum	576
14.2.1	Procedimento ordinário.....	577
14.2.2	Procedimento sumário	591
14.3	Da suspensão do processo	593
14.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?.....	599
14.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão	601
14.3.3	Ação privada.....	603
14.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	604
14.4	Do procedimento do Tribunal do Júri	605
14.4.1	Anotações introdutórias	605
14.4.2	Da acusação e da instrução preliminar.....	607
14.4.2.1	Absolvição sumária	610
14.4.2.2	Desclassificação.....	613

14.4.2.3	Impronúncia.....	615
14.4.2.4	Pronúncia.....	616
14.4.3	Da fase de julgamento	620
14.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	620
14.4.3.2	Do desaforamento	621
14.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade	622
14.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri	624
14.4.3.5	Da quesitação	625
14.4.3.6	Da instrução em plenário	628
14.5	Dos Juizados Especiais Criminais.....	635
14.5.1	Considerações gerais	635
14.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo	636
14.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?.....	640
14.5.4	Competência e atos processuais.....	642
14.5.5	O rito nos Juizados Criminais.....	644
14.6	Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher:	
	Lei nº 11.340/06.....	655
14.6.1	Considerações gerais	655
14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais.....	657
14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares.....	659
14.6.4	Medidas protetivas de urgência	663
14.7	Processo e procedimentos especiais	665
14.7.1	Dos processos de competência originária	665
14.7.2	Crimes contra a honra.....	670
14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	671
14.7.4	Crimes de tráfico de drogas.....	673
14.7.5	Processo penal eleitoral.....	693
14.7.6	Crimes falimentares.....	697
14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12.....	700
14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.....	705
14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	755
14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas	762
14.7.11	Lei nº 13.285/16.....	763

14.7.12	Da infiltração policial na internet.....	763
14.8	Procedimentos e conexão e/ou continência	764
CAPÍTULO 15 – DAS NULIDADES.....		767
15.1	Atos inexistentes.....	768
15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação	769
15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa	773
15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	775
15.5	A regra do interesse nas nulidades.....	779
15.6	A instrumentalidade das formas	780
15.7	Causalidade: derivação das nulidades	781
15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta.....	785
15.8	Convalidação	788
15.9	A casuística do Código de Processo Penal.....	789
CAPÍTULO 16 – DOS RECURSOS		793
16.1	Teoria dos recursos	793
16.1.1	Princípios	797
16.1.1.1	O duplo grau	797
16.1.1.2	A voluntariedade dos recursos	798
16.1.1.3	A unirrrecorribilidade	800
16.1.1.4	A fungibilidade dos recursos	801
16.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i>	802
16.1.2	Regras: suplementaridade, complementaridade e outras.....	804
16.1.3	Disponibilidade	805
16.1.4	Efeitos dos recursos	806
16.1.4.1	Efeito suspensivo	806
16.1.4.2	Efeito devolutivo.....	807
16.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo.....	808
16.1.5	Classificações dos recursos.....	809
16.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	809
16.1.6.1	Requisitos objetivos.....	811
16.1.6.2	Requisitos subjetivos	815

16.2	Da apelação.....	819
16.2.1	Cabimento.....	819
16.2.2	Efeitos.....	823
16.2.3	Procedimento.....	825
16.3	Do recurso em sentido estrito.....	830
16.3.1	Cabimento.....	832
16.3.2	Procedimento.....	836
16.3.3	Efeitos.....	837
16.4	Embargos infringentes ou de nulidade.....	837
16.5	Embargos declaratórios.....	841
16.6	Embargos de divergência.....	843
16.7	Carta testemunhável.....	844
16.8	Agravo de execução.....	844
16.9	Correção parcial.....	845
16.10	Recurso ordinário, extraordinário e especial.....	846
16.10.1	Recurso ordinário.....	849
16.10.2	Recurso especial.....	851
16.10.3	Recurso extraordinário.....	857
16.11	Ações autônomas.....	861
16.11.1	Mandado de segurança.....	861
16.11.2	Ação de revisão criminal.....	864
16.11.3	<i>Habeas corpus</i>	870

**CAPÍTULO 17 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM AUTORIDADE
ESTRANGEIRA..... 889**

17.1	Cartas rogatórias.....	891
17.2	Homologação das sentenças estrangeiras.....	892

REFERÊNCIAS..... 897

ÍNDICE REMISSIVO..... 903